

## Inegável vontade do Povo Português

N. 29  
6  
82

### — Pinto Balsemão à "AIM"

A um dia do início da sua visita oficial e de trabalho a Moçambique o Primeiro-Ministro português, Pinto Balsemão, concedeu uma entrevista, em exclusivo à Agência de Informação de Moçambique (AIM), durante a qual abordou questões de interesse para os dois países, Pinto Balsemão salientou que a cooperação entre Portugal e Moçambique constitui a vontade inegável do Povo português.

A um dia do início da sua visita a Moçambique o Primeiro-Ministro português, Pinto Balsemão deu uma entrevista, em exclusivo, à Agência de Informação de Moçambique (AIM):

**PERGUNTA — Sr. Primeiro-Ministro, pensa que a cooperação com Moçambique iniciada pelo seu antecessor já entrou num processo irreversível? Como é que o seu Governo vê a cooperação com Moçambique no âmbito trilateral a exemplo do que acontece no sector dos Transportes com a França e Portugal? Que outros países estaria interessado em ver envolvidos numa cooperação trilateral com Moçambique?**

**PINTO BALSEMÃO —** A decisão tomada pelo Governo presidido pelo Dr. Sá Carneiro de colocar as relações entre Moçambique e Portugal sob o signo da cooperação, constitui um salto qualitativo que assentava em bases concretas: a inegável vontade do Povo português e a visão que o Partido Social-Democrata, e a Coligação Governamental a que presidia, tinha, e tem, do que devem ser as relações com os novos países de língua oficial, portuguesa.

Para tanto contribuíram também decisivamente a existência pela primeira vez em Portugal de uma maioria coerente, coesa e bem definida em termos políticos e a sua perspectiva de duração como Executivo.

Simultaneamente, tínhamos a consciência de que também Moçambique pretendia que esse salto qualitativo fosse dado. Desde esse momento vários passos significativos foram dados de uma forma harmónica e coerente, dando conteúdo e abrindo perspectivas concretas ao desenvolvimento da cooperação.

As bases eram boas e foram reforçadas pela prática. Criou-se uma dinâmica que, salvo alterações profundas da sua razão de ser, tende a consolidar o processo.

Neste contexto, a chamada cooperação trilateral constitui um mero desenvolvimento da cooperação que por natureza consideramos nunca perder a sua referência básica, que é bilateral.

Assim, sempre que no contacto permanente, que mantemos, os nossos dois países considerarem ser necessário, por razões de ordem financeira ou técnica, recorrer a outros países ou organismos internacionais, isso será feito sem hesitações.

Do mesmo modo Portugal estudará com maior interesse solicitações de Moçambique e de outro país cooperante para entrevir em projectos que lhe sejam apresentados.

**PERGUNTA —** Qual é a sua opinião sobre a perspectiva de assinatura de um acordo militar com Moçambique, e sobre o argumento de comentaristas sul-africanos de que tal acordo seria «uma traição ao Ocidente»?

**RESPOSTA —** A cooperação no domínio militar poderá ser mais uma faceta da cooperação entre os nossos dois países, devendo, portanto, guiar-se pelos mesmos princípios de respeito e vantagens mútuas.

Portugal é um país ocidental e membro activo da NATO, e não iria por isso dar início a qualquer tipo de cooperação que viesse a pôr em risco o Ocidente.

Na verdade se Portugal traísse o Ocidente trair-se-ia a si próprio, da mesma maneira que se negasse cooperar com Moçambique estaria a admitir limitações à sua própria independência nacional. Portugal e Moçambique são países soberanos e essa qualidade, bem como o passado histórico comum, permite-lhes cooperar em todas as áreas que entenderem ser do interesse mútuo.

**PERGUNTA —** A sua visita insere-se no quadro de um maior envolvimento de Portugal na SADCC? Pensa que o envolvimento português poderá contribuir para uma redução da dependência dos países membros da SADCC em relação à África do Sul?

**RESPOSTA —** Consideramos que a criação da SADCC constitui uma iniciativa de maior importância para o futuro da região, e esperamos sinceramente que os objectivos pretendidos sejam alcançados.

O envolvimento possível de Portugal nos projectos em curso e noutros que venham a ser definidos será assim estudado com o maior interesse no contexto da cooperação que temos e pretendemos desenvolver com os países interessados.

**PERGUNTA —** O Sr. Primeiro-Ministro, antes de assumir o cargo que presentemente ocupa era membro do Comité Português contra o «Apartheid». Hoje, como Primeiro-Ministro, como vê os efeitos do sistema do «apartheid» na África Austral?

**RESPOSTA —** Quer pessoalmente, quer como líder partidário, quer como Primeiro-Ministro, a minha posição foi sempre, e continuará a ser a de total e frontal recusa de todas as formas de racismo e discriminação.

Daqui decorre naturalmente a minha posição em relação ao «apartheid» e aos efeitos que ele poderá ter nas relações entre os países da região.